

HABEAS CORPUS Nº 493.943 - SP (2019/0046196-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : KALED LAKIS
ADVOGADO : KALED LAKIS - SP0128499
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MESSIAS ALVES DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MESSIAS ALVES DOS SANTOS – preso cautelarmente no dia 05 de agosto de 2018 pela suposta prática de crime de furto qualificado – contra decisão liminar de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2166104-21.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente e outro indivíduo foram surpreendidos por policiais militares, após estourarem o cadeado do portão de um determinado galpão, portando diversas ferramentas (martelo, broca, taiadeira, alicate, chave de fenda, alicate de pressão, furadeira) e uma lona, na intenção de subtrair a lotérica existente no local dos fatos.

Homologado o flagrante e decretada a prisão preventiva (e-STJ fls. 79/85) a defesa pleiteou a liberdade provisória, a qual foi indeferida (e-STJ fl. 98).

Dessa decisão, impetrou *habeas corpus* na Corte de origem alegando, naquela oportunidade, que o paciente preenche os requisitos para a concessão da liberdade provisória.

O Relator da ação originária, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fl. 114).

Na presente oportunidade, a defesa afirma que a decisão combatida não teria apontado dados concretos, à luz dos requisitos do art. 312 do CPP, que atestem a necessidade da segregação cautelar do paciente.

Alega, ainda, ser o paciente primário, ter ocupação lícita e

residência fixa.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a substituição por qualquer das cautelares previstas no art. 319 do CPP, com superação da súmula 691 do STF.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, ao que parece, o Juízo *a quo*, ao indeferir o pedido de liberdade provisória, considerou relevante resguardar a ordem pública, diante dos antecedentes criminais do paciente (e-STJ fls. 70/74), bem como a aplicação da lei penal. Confira-se (e-STJ fl. 98- *grifei*):

(...) Os indiciados foram abordados na prática do delito, em situação de flagrante. O indiciado MESSIAS está respondendo a dois processos criminais por fatos enquadrados na Lei de Armas, delitos freqüentemente relacionados a delitos patrimoniais.

Não bastasse isso, MESSIAS reside em outra comarca, e não possui qualquer vínculo com a cidade de São José dos Campos.

Ante tais argumentos, justifica-se a custódia cautelar do increpado para a garantia da ordem pública, acautelando-se o meio social e reforçando-se a própria credibilidade da Justiça, assegurando-se, ainda, a aplicação da lei penal.

Ademais, nada houve de novo nos autos que alterasse a situação fática do processado em favor de qualquer dos indiciados. Aliás, a decisão que converteu o flagrante dos indiciados em prisão preventiva é de apenas 3 (três) dias, em sede de audiência de

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

custódia.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória formulado pelo Defensor do acusado MESSIAS ALVES DOS SANTOS, mantendo a prisão cautelar do réu, o que faço com fundamento nos artigos 311, 312 e 313, inciso I, to ios do Código de Processo Penal.

Assim, o Relator da ação originária entendeu não haver flagrante ilegalidade a justificar o deferimento da medida emergencial.

Com efeito, *O histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal* (HC 304.240/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/5/2015).

Dessa forma, não se verifica manifesta ilegalidade na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte. Entendo que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator